

Cdue após

Mensalidade dependerá

TERÇA-FEIRA — 26 DE JANEIRO DE 1988

só das escolas

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O Ministério da Educação pode acabar com todas as formas de limitação para os preços das mensalidades escolares, dando total liberdade às instituições particulares de ensino de reajustarem seus preços nos níveis que bem entenderem. Essa postura foi levada ontem à noite pelo secretário-geral do MEC, Luís Bandeira, ao chefe da assessoria econômica do Ministério da Fazenda, Claudio Adilson Gonzales. De acordo com Bandeira, o Ministério da Fazenda dará dentro de dez dias uma resposta sobre se liberará ou não as mensalidades.

Atualmente as escolas têm o limite da inflação no semestre para reajustar suas mensalidades. No entender do MEC, esse limite deve acabar. "Se a inflação no período for de 200%, não há problema na escola reajustar suas mensalidades 1000%, desde que demonstre que investiu esse percentual na melhoria da qualidade do ensino." Dessa forma, o governo sairia totalmente do controle das mensalidades, hoje administrado pe-

los conselhos estaduais de Educação. Seria estabelecida apenas uma central informal de reclamações nas delegacias estaduais do MEC, que registrariam as reclamações e repassariam para os conselhos estaduais tomar providências.

O secretário-geral admite que a liberação pode trazer muitas reclamações e que essa estrutura informal poderá não ser capaz de absorvê-las totalmente. "É por isso que vamos nos reunir com a Fazenda para discutir o nível das repercussões", diz Bandeira. Para o secretário, porém, o que não pode mais haver é o tabelamento, que "criou uma cisão entre aluno e escola. Os alunos denunciavam as suas próprias escolas. Os professores conseguiam nos tribunais aumentos de salários maiores do que os estipulados. Isso tudo gerou uma desequilíbrio entre os custos e os lucros".

EVASÃO

A liberação das mensalidades poderá provocar uma evasão de alunos das escolas particulares rumo às escolas públicas. As escolas gratuitas já têm hoje um déficit de oferta com relação à demanda de 4,5 mi-

lhões de alunos. O secretário-geral admite a possibilidade de que o ensino público não consiga absorver esse aumento de demanda, muito embora considere que o déficit é maior no interior do que nas grandes cidades. "Nos grandes centros, não faltarão vagas para a classe média", acredita o secretário. "E eu considero que a classe média deve ser estimulada a voltar às escolas públicas gratuitas no primeiro e segundo grau."

FENEN

Para o vice-presidente da Federação Nacional de Estabelecimentos de Ensino, Bazzilli Anastassakis, o que o MEC propõe já está contemplado na lei. Na última sexta-feira, a Fenen enviou às escolas particulares uma carta orientando-as como proceder com relação aos reajustes. Nessa carta, colocava que os reajustes podem ser automáticos, respeitando os limites da inflação, ou desde que as escolas demonstrem que tiveram custos que ultrapassaram o IPC acumulado no semestre. Somente reajustes além desses limites precisariam do aval dos conselhos estaduais de Educação. É exatamente isso que o MEC propõe, diz.